

## **“AO REPICAR DOS SINOS”: OS RITOS FÚNEBRES DA IRMANDADE DOS PASSOS DA CIDADE DO NATAL OITOCENTISTA.**

Annie Larissa Garcia Neves Pontes<sup>1</sup>

Embora ligada ao cotidiano de qualquer ser humano, é fato que a morte gera um sentimento angústia em toda sociedade ocidental, principalmente porque apenas o homem, dentre todos os seres vivos, tem consciência de sua finitude. A certeza de sua inevitabilidade remete à assimilação de um problema mais abstruso, que segue a preocupação humana desde o seu princípio: a partir da certeza de seu fim, o ser humano estabelece uma relação de conflitos com a morte. Tais conflitos ocorrem de acordo com as mais diversas alterações culturais, variando conforme a sociedade, os períodos históricos, as construções simbólicas e projeções religiosas.

A morte, embora negada cotidianamente, permanece sempre presente, e mesmo que seja calada, em determinado momento ela há de falar. O ser humano busca viver como se a morte não existisse, entretanto quando algum parente ou conhecido a encara, a verdade da finitude humana se impõe no cotidiano de forma inexorável. Segundo Michel de Certeau:

Com efeito, ao longo de toda a minha vida, não posso afinal crer a não ser em minha morte, caso crer designe uma relação ao outro que me precede e não cessa de se aproximar. Nada existe tão outro como a minha morte, índice de toda alteridade. Mas nada tampouco precisa melhor o lugar de onde posso dizer o meu desejo do outro, minha gratidão de ser – sem fiador nem penhor a oferecer – recebido na linguagem impotente de sua expectativa; nada portanto define com maior exatidão que minha morte o que é falar (CERTEAU, 1983, p.20).

Embora ligada ao cotidiano de qualquer ser humano, é fato que a morte gera um sentimento angústia em toda sociedade ocidental, principalmente porque apenas o homem, dentre todos os seres vivos, tem consciência de sua finitude. A certeza de sua inevitabilidade remete à assimilação de um problema mais abstruso, que segue a preocupação humana desde o seu princípio: a partir da certeza de seu fim, o ser humano estabelece uma relação de conflitos com a morte. Tais conflitos ocorrem de acordo com as mais diversas alterações culturais, variando conforme a sociedade, os períodos históricos, as construções

---

<sup>1</sup> Docente do curso de História da Universidade Potiguar – UnP. [larissanevespontes@gmail.com](mailto:larissanevespontes@gmail.com)

simbólicas e projeções religiosas.

Desta maneira, percebe-se como o temor pela morte do outro, e até mesmo a idéia da morte, sensibilizam o indivíduo. Com a dificuldade de aceitar a morte do próximo, inicia-se um desenvolvimento crescente da dor do luto, o que acarretou numa série de ritos de culto aos mortos, que manifesta claramente até o século XIX. Estas considerações reforçam o caráter individual da morte, que tem por fim o reconhecimento da perda dos próximos, os quais são tidos como únicos, como reforça Edgar Morin:

A dor provocada por uma morte só existe se a individualidade do morto estiver presente e reconhecida: quanto mais o morto for próximo, íntimo, familiar, amado ou respeitado, isto é, único, mais violenta é a dor, nenhum ou quase nenhuma perturbação se morre um ser anônimo, que não era insubstituível (MORIN, 1997, p.32).

Embora a certeza do fim e o enfrentamento da morte produzam inúmeras alterações culturais, existe um lugar de confluência entre as mais diversas sociedades no que se refere à certeza do fim de cada um de seus membros – a morte enquanto fim desencadeia transformações na construção do ser humano sobre ele próprio. Segundo José Carlos Rodrigues, *“A consciência da morte abre uma passagem pela qual vão transitar forças notáveis que transformarão a maneira humana de ver a vida, a morte, o mundo”* (RODRIGUES, 1983, p.20).

Trata-se, portanto, de encarar a morte não apenas como um fim, mas também como participante da construção social humana. Assim, construir uma história das atitudes humanas diante da morte é tentar construir a história da expressão inconsciente de mentalidades e de sensibilidades coletivas (ARIÈS, 1977, p.13), uma vez que isso se refere à natureza humana e de sua construção cultural, interagindo em seu cotidiano. A partir da reflexão sobre a mentalidade e a sensibilidade humana se pode propor que é a consciência da morte, em si, um dos princípios fundamentais da cultura, uma vez que o enfrentamento permite ao homem compreender a si mesmo.

A temática da morte está diretamente relacionada ao mito de que o fim do ser humano é o ocasionado por vontade divina. De acordo com a narrativa bíblica, a morte constituía um juízo de Deus em decorrência do pecado original. Desobedecendo às leis de Deus, o homem recebeu uma vida de dias contados, cheios de labor e atribulações. Nesse sentido, a morte sintetizava, simultaneamente, o aniquilamento do corpo e a punição divina, causando no homem certa insegurança.

As culturas desenvolveram, ao longo de sua evolução, formas para tentar refletir, resolver ou decifrar a morte, pois ela é algo presente no cotidiano da humanidade, seus pêndulos de referência ora se cruzam, ora se separam, interligam-se ou distanciam-se. Nesse sentido, a mitologia e a religião são as primeiras formas de pensamento desenvolvidas pelo homem tentando responder para onde o ser humano vai após sua morte. Ambas criam um sistema de explicação e princípios que norteiam a vida e a morte, e sustentam-se ou amparam-se em idéias acerca da origem e criação do homem e do mundo, bem como do seu castigo por desobediência a um ser supremo – criador e dono de tudo, inclusive da vida e da morte dos seres humanos.

Dessa maneira, a insenção de uma responsabilidade do homem sobre a morte nada mais é que uma maneira de negá-la, de adaptar sua inabilidade de vencê-la a partir de uma noção que estabeleça a ordem social – mantida, nesse exemplo, através dos mitos – o que nos faz lembrar a importância dada à morte em diversas esferas que contribuem para a legitimação e manutenção desta ordem, tais como filosofia, religião, ciência, medicina e artes.

A idéia da morte é, dessa maneira, um problema de limitação, do homem, que não aceita esta partida e, portanto produz subterfúgios para a manutenção de sua existência. A consciência gera a negação da morte. De acordo com Ernest Becker, *“a idéia da morte, o temor a ela, persegue o animal humano como nenhuma outra coisa: ela é um dos maiores incentivos da atividade humana – atividade em grande parte destinada a evitar a fatalidade da morte”* (BECKER, 1976, p.9). O ser humano tenta, sempre, vencê-la negando de algum modo ser esse seu destino final.

Os ritos de passagem assumem a função de estabelecer a ordem social perdida com o evento da morte. Os falecidos, logo após sua partida, transitam até alcançar seu firmamento no mundo dos mortos. No intuito de auxiliar essa passagem, de maneira que ela ocorra com segurança para mortos e sobreviventes – que temem a convivência com os duplos -, é que se revelam os sentidos dos ritos praticados pelos vivos (REIS, 1991, p.89-90). São eles, portanto, que marcam e asseguram a passagem dos mortos deste para um outro plano. É perceptível então, porque esse evento, desde os tempos mais remotos, transforma-se num momento público e social, em que são demonstradas e ritualizadas emoções que estão impressas nesta relação do homem com a noção de sua finitude.

Os ritos exprimem, dessa forma, a necessidade humana de solucionar seus problemas com a desordem provocada pela morte: é preciso assegurar a partida do morto. Tais atividades, devido à relação conflituosa entre o homem e a morte, podem ser observadas como momentos de reestruturação social a que os sobreviventes são submetidos, como aponta Rodrigues:

Como fenômeno social, a morte e os ritos a ela associados consistem na realização do penoso trabalho de desagregar o morto de um domínio e introduzi-lo em outro. Tal trabalho exige todo um esforço de desestruturação e reorganização das categorias mentais e dos padrões de relacionamento social. O enterro, bem como as outras maneiras de lidar com o corpo morto, é um meio de a comunidade assegurar a seus membros que o indivíduo falecido caminha na direção de seu lugar determinado, devidamente sob controle. Através de tais práticas, o grupo recebe mensagens que evoluem da insegurança ao sentimento de ordem e representam a maneira especial que cada humano tem de resolver um problema fundamental: é necessário que o morto parta (RODRIGUES, 1983, p.45).

É notável que a prática da inumação, o cuidado com o corpo, ocorre como uma forma de salvar falecidos e sobreviventes. O local de sepultamento pode ser visto como o espaço onde “vive” o morto, e, porque não pensar, o duplo. Resgata-se, assim, a noção de individualidade dos mortos a partir dos ritos que, ao integrar também os vivos, são igualmente constituições sociais. Para Durand a prática do enterramento estabelece a concepção da morte-maternal, em que a terra *“torna-se berço mágico e benfazejo porque é o lugar do último repouso”* (DURAND, 2002, p. 237). Desta forma, a terra acolhe o corpo que descansa o que mantém a noção de sobrevivência da alma, visto que aquele que descansa permanece existindo.

Durante o século XIX, no Brasil, não existia uma ruptura radical entre vida e morte, entre sagrado e profano, entre cidade dos vivos e dos mortos. Nesse período, as irmandades religiosas eram as responsáveis pela execução dos ritos fúnebres de seus associados. Uma parte relevante da vida confrarial era dedicada aos cuidados a ter com os mortos, uma vez que a boa morte do confrade dependia da solidariedade dos vivos. A morte de qualquer irmão era anunciada pelo toque fúnebre dos sinos da igreja. Era o sinal de que, a confraria qual pertencia o morto deveria se preparar para suas exéquias. Para Bourdieu:

A magia performativa do ritual funciona completamente apenas na medida em que o procurador religioso, incumbido de realizá-lo em nome do grupo, age como uma espécie de medium entre o grupo e ele próprio. É o grupo que, por seu intermédio, exerce sobre ele mesmo a eficácia mágica contida no enunciado performativo (BOURDIEU, 1996, p.95).

A associação leiga era uma espécie de procuradora religiosa de seu associado. Participar de uma irmandade religiosa significava a segurança de que todos os ritos fúnebres seriam executados corretamente, o que garantia ao indivíduo a sensação de salvação da alma.

Para a mentalidade católica, o ato de morrer era um momento inevitável e, por isso a morte deveria ser revestida de uma naturalidade explícita, de um encontro com o inadiável, pois segundo Philippe Ariès, “*não se morre sem ter tido tempo de saber que vai morrer*” (ARIÈS, 1977. p. 19).

*Na sociedade natalense, o medo da morte era uma constante e a passagem para uma vida no além gerava um sentimento de pavor, que se revestia de uma sensação de permanente angústia devido à incerteza da salvação. Arnold Van Gennep afirma que a vida, em determinados grupos sociais, é construída de diversas passagens, alternando-se de um estado para outro e cujas mudanças são estabelecidas através da prática de ritos e cerimoniais, em situações específicas, como os sepultamentos (VAN GENNEP, 1977, p.27-30).*

Se para o homem oitocentista a salvação de sua alma estava diretamente condicionada a seus atos enquanto vivo, o medo de ser surpreendido pela morte sem nenhum preparo antecipado fez com que ele tomasse atitudes que visavam a preparação para o encontro final, do qual não podia esquivar-se. Assim, ele tentava garantir seu repouso eterno nas glórias do Paraíso, deixando de forma explícita seus derradeiros desejos e vontades, através da abertura dos testamentos, esperando que representassem uma garantia de que, mesmo após seu falecimento e sepultamento, os que haviam ficado, fossem eles parentes ou confrades da irmandade a que pertenciam, fizessem cumprir todos os rituais que demonstrariam todo o apego e zelo pelos preceitos cristãos.

A Irmandade dos Passos, junto à Irmandade do Santíssimo Sacramento, estabeleceu laços permanentes com os rituais fúnebres e com a preparação para a morte. O culto à eucaristia – propagado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento conjugado com a devoção dos finais do Cristo na Terra difundida pela Irmandade dos Passos – já revela uma íntima ligação com o funesto, pois a função de ambas é fazer cumprir, dentro do catolicismo romano, o preceito da última comunhão com Cristo, deixa genuíno de dúvida sua crença na vida *post-mortem*, na ressurreição da alma, acreditando numa vida futura. Cabe-lhes levar o viático<sup>2</sup> aos moribundos, fazendo com que a promessa da salvação da alma não seja esquecida.

A Irmandade dos Passos permanecerá em contato direto com a morte, pois ao acreditar e difundir a promessa de salvação e de ressurreição da alma o ato de morrer se tornava uma passagem obrigatória para atingir tal intento e caberia à instituição estar presente neste momento assaz significativo dos homens, garantindo que todos os rituais pertinentes fossem

---

<sup>2</sup> Sacramento da Eucaristia administrado aos enfermos acamados.

executados. As Irmandades se tornam garantia de uma viagem segura para o Além.

Os defuntos ficam garantidos pelas orações de seus confrades, e muitas vezes são enterrados no jazigo de irmandade, sob o chão da capela onde realizam os cultos para o repouso de suas almas. O pano mortuário (pallium) da irmandade sobre o caixão, e os irmãos participam do préstito ao lado do clero e das quatro ordens mendicantes (ou sem seu lugar). A irmandade manterá, no futuro, serviço e orações cuja execução, segundo se suspeita a família os párocos negligenciam ou esquecem. (ARIÈS, 1981, p. 197)

Para organizar e oficializar a presença da associação nos rituais fúnebres de seus membros, o Compromisso da Irmandade dos Passos de Natal determina, em seu capítulo 13: “*Esta irmandade acompanhará a todos os irmãos defuntos a sua morada derradeira, seja a Matriz , ou para qualquer Igreja (...)*” . A morte torna-se, portanto o fator aglutinador da irmandade, já que a maioria dos capítulos que compõem seu Compromisso referem-se ou dizem respeito especificamente a morte e aos atos fúnebres que deveriam ser executados sob a égide da associação.

Ao se instalar o irmão no estado de agonia, a Irmandade entrava numa espécie de sobreaviso para a execução dos ritos, como o cortejo do Viático até a residência do enfermo e posterior acompanhamento ao sepultamento. Em cortejo público, toda a comunidade participava desses rituais, desde os mais simples – com toques de sinetas e poucos integrantes além dos irmãos dos Passos e Santíssimo Sacramento e do padre – aos mais pomposos – com procissões que mais se aproximavam do esplendor e pompa das festas barrocas (ASSIS, 1988, p.69).

Sendo a morte um ato sobre o qual o homem não detinha o controle, era indispensável que os ritos funerários fossem realizados como uma garantia prévia de sua passagem entre o mundo dos vivos e o dos mortos fosse facilitada e, se possível, abreviada.

Logo que o nosso Irmão Thesoureiro for avisado de que qualquer Irmão achasse em agonia de morte, certificando-se pelo Livro competente de que o enfermo he Irmão, mandará dizer huma missa no altar da Irmandade applicada pelo Irmão agonizante com a esmola de seiscentos e quarenta réis<sup>3</sup>.

Era importante para o agonizante a ampla participação da família, confrades e clero em seus momentos finais. Muitas vezes diante do sofrimento do moribundo, os assistentes

---

<sup>3</sup> COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Natal, 1826.

deixavam de pedir por sua saúde e pediam por sua morte. *“Essa proteção humana que cercava a hora da morte em nossa antiga cultura funerária era fruto de uma sociedade pouco individualista, em que a vida e a morte privada ainda não haviam sido reduzidas ao pequeno nuclear da família tipicamente burguesa”* (REIS, 2001,p.108).

Por falecimento de qualquer confrade, os irmãos Escrivão e o Tesoureiro ficavam encarregados de anunciar a morte pelo toque fúnebre dos sinos da Igreja, percorrendo as ruas com uma sineta e uma cruz , sinal que de o morto era confrade<sup>4</sup>. Nesse sentido, o sino da igreja teve uma importância sem precedentes, funcionando como uma linguagem e transmitindo de forma célere e eficaz a mensagem da morte do membro da família confrarial a toda a comunidade.

Quando a morte chegava, muitos ritos domésticos eram executados, visando afastar os espíritos malignos e garantir uma partida tranqüila do defunto para o Além, entre eles o banho do cadáver com infusões especiais ou perfumes. O traje usado pelo defunto, em sua última viagem, também precisava ser especial. Muitas pessoas especificavam em seus testamentos, o tipo de mortalha de sua preferência. Normalmente, usavam hábitos de santos ou as vestes de Nossa Senhora, os mais procurados eram o hábito de São Francisco, de Santo Antonio e o de Nossa Senhora da Conceição.

O uso dessas mortalhas piedosas sugere um apelo a proteção dos santos nelas invocados, e sublinha a importância do cuidado com o cadáver na passagem para o Além, atenção com a alma em sua peregrinação expiatória e com a ressurreição no dia do Juízo Final. Vestir-se de santo representava desejo de graça, imaginar-se mais perto de Deus, antecipando participação na Corte Divina. A roupa mortuária protegia os mortos e promovia uma integração ditosa no mundo deles, mesmo que lá o endereço nem sempre fosse o mesmo (REIS, 2001, p.114).

Tendo vestido adequadamente o defunto, começava-se o velório, que em geral acontecia na sala da residência deste, sendo esta inclusive decorada com as cores do luto, preto e roxo. A residência do defunto devia estar preparada para a chegada dos irmãos e de todo o cortejo. A morte de um associado mobilizava toda a comunidade.

A hora aprazada, sahirá a Irmandade precedida de sua Cruz entre dois círios e o Irmãos somlenemente vestidos com suas opas e brandões apagados; e se dirigirá para a casa do Irmão defunto e entrando os Irmãos se acenderão os

---

<sup>4</sup> COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Natal, 1826.

seus brandões; e farão uma breve oração a Deus pelo defunto, e depois cada um lhe deitará água-benta. De pois deixarão a casa, esperando na rua que se forme o enterro <sup>5</sup>.

O cortejo fúnebre ocorria normalmente à noite, ao chegar à casa do defunto o capelão fazia a encomendação, e cada irmão aspergia água-benta no defunto, como denota o termo de compromisso. O Irmão Procurador organizava o cortejo até a igreja, acompanhado pelos irmãos que carregavam tochas e velas acesas. A cabeça do cortejo caminhava o capelão, seguido pelo sacristão com a Cruz, e quatro irmãos carregando a tumba, e, a seguir o juiz com uma vara preta na mão direita. Ao chegar a Igreja se depositava o corpo no túmulo. Ser sepultado nas igrejas era a forma encontrada por esses homens de garantir uma boa morte e se revestir da proteção do sagrado, mesmo depois da morte. O fato de ser enterrado na igreja conferia ao irmão a sensação de ser constantemente lembrado, pois se assegurava a sua proximidade física com o mundo dos vivos. Ele sabia que, presente no espaço de encontro da comunidade fraternal, teria maiores chances de receber orações (REIS, 1991, p.171).

De acordo com o cargo ocupado pelo irmão na hierarquia da Irmandade, era-lhe garantido um determinado lugar de sepultamento na igreja. A distribuição espacial dos túmulos obedecia a distinções na hierarquia confrarial; quanto mais alto o posto ocupado pelo irmão na composição da Mesa da irmandade, mais próximo seu corpo ficaria dos lugares de maior sacralidade. O interior da igreja era, desse modo definido por espaço de sacralidades distintas. (BORGES, 2005, p. 166).

Entretanto, o lugar a ser sepultado não era o único sinal de diferenciação para os membros da Mesa. O número de sufrágios a ser recebido marcava também a diferença. Quanto mais elevado o cargo, maior o número de missas encomendadas para salvação da alma. Todos os compromissos especificavam o número de missas para os mesários e demais irmãos. O compromisso da Irmandade dos Passos, estabelecia que

logo que o irmão Thesoureiro for avisado do falecimento de qualquer irmão, cujo o nome conste do Livro das entradas, mandará dizer missas por sua alma com a esmola de quatrocentos e oitenta réis: a saber pelo que já foi Provedor 12 missas, pelo que já foi Escrivão 9 e pelo Mordomo ou Irmão 6 <sup>6</sup>.

No imaginário cristão o momento pós-morte é tido como crucial para o destino do espírito, podendo o auxílio dos vivos influir em sua salvação. Nesse sentido, os confrades

---

<sup>5</sup> COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Natal, 1826.

<sup>6</sup> COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Natal, 1826.

seguiam à risca toda uma cadeia de princípios piedosos, que iam desde o encomendar missas como rezar o terço durante os primeiros sete dias da pós-morte. Por outro lado, interceder pelos mortos tinha uma contrapartida: a reciprocidade. Participar das exéquias – velório, cortejo e sepultamento – era uma forma de garantir que, no dia de sua morte haveria pessoas dispostas a fazer o mesmo.

Em síntese, ao ritualizar uma série de normas com fim de garantir uma boa morte, os irmãos dos Passos consagram nelas uma ordem estabelecida de padrão único: alcançar a ressurreição e a salvação eterna só era possível para aqueles cuja vida tinha sido dedicada a seguir os preceitos da Igreja Católica Romana e de suas representantes, as irmandades religiosas.

## Referências Bibliográficas

COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Natal, 1826.

COMPROMISSO da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios. Natal, 1845.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. São Paulo: Francisco Alves, 1977.

BECKER, Ernest. *A negação da morte*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: RN Econômico, 1999.

DASTUR, Françoise. *A morte: um ensaio sobre a finitude*. Rio de Janeiro, DIFEL, (Enfoques. Filosofia). 2002.

DURKHEIM, Émile. *Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*, São Paulo, Paulinas. 1989.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, 1962.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

MORIN, Edgar. *O Homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org); NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil - Vol. 2 - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 95-141.